



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA E.C 45 DE CEILÂNDIA
NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE A SUA REALIDADE: suas
competências e suas atribuições.**

KATIÚCIA MARIA SOUZA ARAÚJO

Professora-orientadora

Dra. OTÍLIA MARIA ALVES DA NÓBREGA ALBERTO DANTAS

Professor Tutor-orientador

Me. MARCOS ALBERTO DANTAS

Brasília (DF), Dezembro de 2015

Katiúcia Maria Souza Araújo

**OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA E.C 45 DE CEILÂNDIA
NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE A SUA REALIDADE: suas
competências e suas atribuições.**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas e da Professor Tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas.

TERMO DE APROVAÇÃO

KATIÚCIA MARIA SOUZA ARAÚJO

**OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA E.C 45 DE CEILÂNDIA
NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE A SUA REALIDADE: suas
competências e suas atribuições.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista
em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Professora-orientadora

Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

Tutor-orientador

Me. Marcos Alberto Dantas

Examinador Externo

Me. Marcos Paulo Barbosa

Brasília, 19 de Dezembro de 2015

Dedico este trabalho primeiramente ao meu marido, ao meu filho que estão sempre ao meu lado, e a minha família que, por intermédio de orações, se faz presente, mesmo estando a quilômetros de distância, e que está sempre em meu coração. As minhas amigas que estiveram comigo ao longo do curso e a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização do mesmo.

Agradeço a Deus por sempre se fazer presente em minha vida mesmo nos maiores momentos de aflição e por me dar forças para conseguir concluir este trabalho.

A minha família por sempre me estimular a continuar meus estudos e por estarem sempre comigo nas minhas maiores dificuldades.

Agradeço também as minhas amigas que estiveram comigo me dando apoio e coragem para prosseguir nesta longa caminhada e todos os meus professores e professoras que me ajudaram em tudo para a efetivação desde trabalho.

EPÍGRAFE

*"O nascimento do pensamento
é igual ao nascimento de uma criança:
tudo começa com um ato de amor.
Uma semente há de ser depositada no ventre vazio.
E a semente do pensamento é o sonho.
Por isso os educadores [e educadoras],
antes de serem especialistas em ferramentas do saber,
deviam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos".*

Rubem Alves

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada aborda os desafios do coordenador pedagógico da E.C 45 de Ceilândia numa gestão democrática frente a sua realidade: suas competências e suas atribuições. Com o objetivo de analisá-las, descrevendo a necessidade de uma gestão democrática dentro da escola, explicar tais competências e articulações e compreender o valor do coordenador dentro dessa gestão. Baseando-se em fundamentações teóricas de autores como Libâneo, Mate, Placco, Vasconcellos entre outros. Os estudos para essa pesquisa brotaram de reflexões sobre o verdadeiro papel do coordenador e de análises de teóricos, além da pesquisa de campo. Buscou com isso, averiguar a participação deste profissional dentro da escola no que diz respeito ao processo ensino aprendizagem, a descentralização e a transparência da equipe gestora dentro da gestão democrática. A metodologia adotada foi quali-quantitativa onde se utilizou da pesquisa de campo com questionário misto e análise dos resultados por meio de gráficos. Pode-se comprovar que muitas das dificuldades apresentadas e a desmotivação do professor para assumir a função de coordenador pedagógico decorrente da falta de valorização da função de coordenador, a perda das gratificações e o acúmulo de diversas funções por ele assumidas.

Palavras-chaves: Gestão Democrática. Atribuições. Competências. Coordenador Pedagógico.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Atribuições e Competência do Coordenador Pedagógico	22
GRÁFICO 2 - Definição e Delimitação do papel do Coordenador Pedagógico.....	23
GRÁFICO 3 - Descentralização, Transparência e Participação de todos os envolvidos no processo Ensino Aprendizagem.....	24
GRÁFICO 4 - Satisfação do Coordenador Pedagógico.....	25
GRÁFICO 5 - Tempo de Experiência e Idade.....	26
GRÁFICO 6 – Função Assumida por Professores sem Experiência.....	28
GRÁFICO 7 - Boa escolha Profissional.....	29
GRÁFICO 8 - Valorização da SEDF e do GDF.....	30
GRÁFICO 9 - Cumprimento das Atribuições e Competências com dedicação.....	32
GRÁFICO 10 - Relação entre: Direção, Coordenador e Professores.....	33

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1OBJETIVOS:.....	13
1.1.1Geral.....	13
1.1.2Específicos.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1Gestão Democrática.....	14
2.2 Competências e atribuições do Coordenador Pedagógico.....	15
2.3 Coordenador Pedagógico dentro de uma Gestão Democrática.....	18
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 Tipo de pesquisa.....	20
3.2 Sujeito.....	21
3.3 Coleta de dados.....	21
3.4 Análise dos dados	21
3.5 Caracterização dos entrevistados	21
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE.....	38

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é produto de observações feitas sobre a prática do Coordenador Pedagógico decorrente das ações do dia-a-dia dentro da Escola Classe 45 de Ceilândia tendo em vista uma gestão democrática.

O papel do coordenador pedagógico frente a gestão democrática é essencial levando em consideração que este será o articulador que abrandará as relações entre todos os membros da escola tanto dentro quanto fora dela, desde a direção até os alunos, abrangendo toda a comunidade escolar (alunos, professores, diretor e vice, supervisores, pais, mães e demais envolvidos no processo educacional).

Ele, por sua vez deve ter pleno conhecimento dos professores, do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, dos programas educacionais criados pelo governo (PAR, IDEB, FUNDEB, etc), da realidade sociocultural em que a escola se encontra e dos alunos. Porém, o que ocorre na maioria das escolas não é bem isso, pois o coordenador pedagógico é visto comum “faz tudo” e suas verdadeiras atribuições não são levadas em consideração.

Dai a necessidade de se realizar um projeto de pesquisa que reafirme as competências e atribuições do coordenador pedagógico que estão bem claras e disponíveis no Título III, Capítulo I, Seção I, Artigos 120º do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2015, p. 49-50) e podem ser conferidas abaixo:

Art. 120. São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- I. elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;
- II. participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;
- III. orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;
- IV. articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;
- V. divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;
- VI. estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;
- VII. divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;

VIII. colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar.

Como podem ser constatadas acima, muitas já são as atribuições do Coordenador, porém além destas, outras funções se lhe são dadas, funções estas que acabam desmotivando qualquer profissional que se arrisque a aceitar a função de coordenador pedagógico, pois devido a isso, este profissional com o passar do tempo se torna mais desanimado, estressado e além de tudo desvalorizado.

Partindo deste pressuposto, busca – se com esta pesquisa tentar, por meios de argumentos de vários teóricos e por pesquisas feitas dentro da Escola Classe 45 de Ceilândia, apresentar qual é o verdadeiro papel do Coordenador Pedagógico tendo em vista seu cotidiano, e sua importância dentro da Instituição Escolar frente a uma gestão democrática, no qual este profissional será o intermediário, o elo que ligará direção e professores para que ocorra um ensino de qualidade.

Por outro lado, este profissional tem nas mãos um grande desafio que é de motivar, incentivar e promover meios de formação continuada para professores muitas vezes desanimados e sem interesse, além é claro de está constantemente planejando e buscando sempre algo novo para desenvolver as atividades educacionais.

Contudo, a realidade vivenciada nas escolas não é fácil, mesmo havendo uma gestão democrática, visto que em muitas escolas faltam pessoas capacitadas para diversas funções como: supervisor pedagógico, pedagogo, orientador educacional, secretário, telefonista, etc. Funções estas que acabam sobrecarregando o trabalho do coordenador que por sua vez deixa de exercer com qualidade sua verdadeira função. E com isso fica o questionamento: será que este profissional sabe quais são suas verdadeiras competências e suas atribuições na função que assume diante de tantas outras que lhe aparecem? Pois, segundo Aragão (1998, p.1) "Eles não sabem os limites de seu papel e, por isso, aceitam todas as demandas que lhe são dadas, fazendo coisas demais por não ter a compreensão de que são, antes de tudo, formadores".

1.1OBJETIVOS:**1.1.1 Geral:**

Analisar as competências do coordenador pedagógico dentro da Escola Classe 45 de Ceilândia e suas reais atribuições (de articulador, mediador e transformador) levando em consideração uma gestão democrática, onde haja a descentralização, participação e transparência entre todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

1.1.2 Específicos:

- Descrever a necessidade de uma gestão democrática dentro da instituição escolar;
- Explicar as competências e as atribuições do coordenador pedagógico;
- Compreender o valor do coordenador pedagógico frente uma gestão democrática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Democrática

Falar de gestão democrática é falar também de descentralização, transparência e principalmente de participação.

A gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar. (PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES. 2004. p.15).

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004, p. 17), também explica que:

Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior. Dentre os meios e as condições destacam-se, ainda, a importância de se garantir: infra-estrutura adequada, quadro de pessoal qualificado, apoio estudantil.

Diante do exposto, fica claro que uma participação de qualidade exige um quadro de pessoal qualificado, além da infraestrutura adequada, elementos estes que mesmo sendo essenciais, ainda faltam em muitas escolas. Como pode ser comprovado no Artigo feito pela Revista Escola Pública (2015, p. 1):

Com poucos recursos e problemas de gestão, escolas brasileiras sofrem com infraestrutura ruim; piores condições estão nas redes municipais. Menos de 15% das escolas brasileiras têm um nível considerado adequado de infraestrutura e apenas 0,6% alcançam o padrão avançado. As deficiências primárias como falta de acesso a água e energia estão sendo resolvidas – cerca de 95% das instituições públicas contam com esses recursos –, mas o Brasil ainda está longe de oferecer espaços adequados de ensino para a maior parte de seus alunos. As desigualdades do país se refletem também na condição das escolas e as unidades rurais e de áreas mais pobres, principalmente do Norte e Nordeste do país, são as que apresentam as piores condições. Escolas sem paredes, em que os alunos precisam trocar de lugar conforme o movimento do sol; mobiliário inadequado, comido por cupins e apodrecido pela umidade; goteiras, pisos de terra e latrinas também fazem, ainda, parte da realidade escolar brasileira.

Como pode ser comprovado é difícil de ocorrer uma participação de qualidade em escolas como as encontradas em muitos lugares do Brasil, pois “Mesmo bons professores, com formação adequada, ficam sem condições de prover o melhor para os seus alunos em razão da falta de infraestrutura adequada”, explica a pesquisadora Girlene Ribeiro de Jesus, docente da Universidade de Brasília (UnB). Revista Escola Pública (2015, p.1).

Outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal. (PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES 2004, p. 17).

Portanto, pode se dizer que gestão democrática é o que assegura as possibilidades e estruturas com o objetivo de criar oportunidades de descentralização, transparências e participação sem que ocorra a obrigação dos envolvidos.

É importante ressaltar também a Lei nº 4.751, de 7 de Fevereiro de 2012 que trata da Gestão Democrática ditando suas finalidades e princípios:

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 2º A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

I – participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

II – respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

III – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;

IV – transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

V – garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;

VI – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;

VII – valorização do profissional da educação. (2012, p.1)

Contata-se aqui, a importância da gestão democrática dentro da escola, pois é por meio dela que as decisões são tomadas de acordo com a opinião de todos os profissionais presentes dentro da instituição. Oliveira (2008) lembra que por a escola ser um lugar formador de diversas opiniões, compostas de indivíduos com características variadas, não é por ela ser democrática que todos irão fazer o que desejam e sim o que é melhor para todos.

2.2 Competências e Atribuições do Coordenador Pedagógico

Uma das principais funções do coordenador seria de oferecer condições para o trabalho coletivo dos professores em relação às propostas curriculares, o crescimento dentro de sua área de trabalho, provocando reflexões críticas no seu fazer pedagógico diário e, o mais singular de todos, o de estimular professores e alunos a superar os desafios da educação atual possibilitando meios de realizarem as provas de larga escala como Prova Brasil, para conseguirem alcançarem índices cada vez mais elevados, entretanto não se esquecendo de valorizar o ser humano, buscando elevar a autoestima do professor e do aluno.

O coordenador precisa estar sempre atento ao cenário que se apresenta à sua volta valorizando os profissionais de sua equipe e acompanhando os resultados de todos os trabalhos e avaliações que foram desenvolvidos durante o ano letivo.

E é aí que mora a grande problemática, principalmente dentro das escolas públicas, essa caminhada nem sempre é feita com segurança, pois as diversas informações e responsabilidades, o medo e a insegurança se mostram constantemente presentes. E de acordo com Placco (2012, p. 47):

O cotidiano do coordenador pedagógico ou pedagógico-educacional é marcado por experiências e eventos que o levam, com frequência, a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista, e racional às vezes até frenética... Neste contexto suas intencionalidades e seus propósitos são frustrados e suas circunstâncias o fazem responder à situação do momento, "apagando incêndios" em vez de construir e reconstruir esse cotidiano com vista no projeto político-pedagógico da escola. Refletir sobre esse cotidiano, questioná-lo e equacioná-lo podem ser importantes movimentos para que o coordenador pedagógico o transforme e faça avançar sua ação e dos demais educadores da escola

Para não ser taxado de autoritário, o coordenador nem sempre se posiciona claramente frente aos seus educadores, não exemplifica seus posicionamentos, suas convicções e valores criando assim um "pudor do poder" e muitas vezes deixando de cumprir com suas funções, porém, por outro lado, é submetido ao poder autoritário da equipe diretiva que em muitos momentos, mesmo que sutilmente, acabam exercendo sobre ele. Complementando com o que diz Vasconcellos (2013, p. 51):

Temos aqui uma questão cultural: o autoritarismo está impregnado nas nossas relações e, o que é pior, não nos damos conta dele; a influência do nosso tipo de colonização (dependente, predatório) e, mais recentemente, do regime militar, está para ser decifrada ainda. Podemos ver o reflexo

disso no ambiente acadêmico ou escolar que deveria ser, por excelência, o espaço do debate, do confronto de idéias e posições, de cooperações e decisões coletivas. Todavia o que se observa é algo totalmente distante de tal perspectiva. Parece que se instalou uma espécie de ciclo vicioso entre o autoritarismo e o infantilismo: a postura dogmática de alguns acaba alimentando a atitude infantil de muitos.

Um dos principais responsáveis para a pouca atuação dos coordenadores é a hipersensibilidade da categoria de professores que diante de qualquer posicionamento mais firme que se coloque em quanto coordenador de um trabalho, a fim de direcionar o trabalho pedagógico, logo é visto como autoritarismo.

Mesmo tendo conhecimento das atribuições do coordenador e compreendendo a importância dele no fazer pedagógico diário pouco é possível fazer para melhor atender a clientela, pois a desvalorização do mesmo começa da própria Secretaria de Educação e, refletindo sobre os desafios da coordenação, conclui-se que é importante um apoio maior dos professores e da equipe diretiva e do Governo. Ainda assim como afirma Libâneo (2009, p.247- 248):

Em síntese, os educadores compromissados sabem que a escola continua sendo reivindicada pelas camadas populares e que é preciso que os poderes públicos assegurem os investimentos financeiros necessários não apenas para o acesso a ela, mas também para a permanência nela, usufruindo de um ensino de qualidade.

E para que esse ensino seja de qualidade, o coordenador pedagógico deve também apropriar-se das propostas do Bloco de Alfabetização (BIA) trabalhando dentro das diretrizes trazidas pelo bloco e auxiliando professores e alunos no desenvolvimento das atividades somando forças, dividindo responsabilidades para facilitar o processo de ensino aprendizagem.

Procurar criar projetos interventivos, reagrupamentos, buscar se aperfeiçoar com cursos que enriqueçam o seu fazer pedagógico e ajude a incentivar o profissional, que é coordenado por ele, a ir também buscar cursos e elementos que facilitem seu trabalho e ajudem seu aluno da melhor forma possível.

É através da formação continuada que tanto o professor, como o coordenador, juntos irão conseguir caminhar rumo ao progresso da educação contando, é claro, como apoio da equipe diretiva e do Governo. Como já dizia Mate (2003, p. 75): “ao narrar dissabores pequenas e grandes alegrias, é que vamos conseguindo vislumbrar outros modos, novos modos, desse lugar que antes de tudo é de relações sociais de poder”.

Portanto, sem o apoio e o interesse de toda a comunidade escolar e do Governo e principalmente sem a formação continuada dos educadores e gestores dentro de uma gestão onde haja a descentralização de poderes, a participação de todos e a transparência não há educação de qualidade e aí nem o coordenador, nem o professor, nem mesmo o aluno vão querer exercer seu papel com dedicação e afinco.

2.3 O Coordenador Pedagógico em uma Gestão Democrática

Um dado importante é compreender que estar coordenador pedagógico não é ser coordenador pedagógico, pois o profissional que assume essa função é antes um professor, tendo então cargo de professor, pois coordenador pedagógico não é cargo e sim função assumida por um professor como afirma Fernandes (2004 apud Santos e Oliveira s/d p. 4 - 5):

[...] o PCP é uma função exercida por um docente, sem a formação técnica do pedagogo, “mas um par, um 5 igual, um professor que ocupa temporariamente uma função mediante eleição e atendimento as regras legais atuais e que convive cotidianamente com as dificuldades e os dilemas dos professores da escola pública”.

Entender a função do coordenador pedagógico dentro de uma gestão democrática e ir além dos muros da escola, pois este profissional tem papel essencial na formação continuada de seus professores. O mesmo deve ser responsável pela busca de conteúdos e assuntos adequados do qual a escola precisa para obter esclarecimentos eficazes e eficientes a sua equipe.

É o coordenador quem irá, juntamente com a supervisão pedagógica, repassar os informes pertinentes e as ações que serão desenvolvidas ao longo dos anos. Os resultados obtidos a partir desses estudos devem aparecer no aprendizado do aluno, na forma como o profissional vai ensinar e lidar com certas situações.

O estudante que tem um professor que passa pela formação continuada é um estudante com mais compromisso com os estudos e tem mais prazer em aprender, visto que esse profissional vai estar sempre inovando, trazendo novidades deixando suas aulas cada vez mais atrativas. Silva (2007, p.1) diz que:

A sociedade atual espera da escola mais do que a transmissão de conhecimentos. Exige a formação do cidadão com competências cognitivas do aprender a aprender, e com a mesma ênfase, que desenvolva atitudes para enfrentar os problemas postos pela prática social e capacidade de lidar

com novas tecnologias da comunicação e da informação de maneira crítica e criativa.

A formação continuada vem sendo cada dia mais importante para o processo de ensino-aprendizagem não só do aluno como também do professor, pois é por meio dela que estes profissionais vão está se aperfeiçoando e buscando novas formas de ensinar.

O Projeto Político Pedagógico é o documento que apresenta essa formação de forma clara e traz meios para que ela aconteça e datas para que essa formação não fique só no papel, com isso são traçadas metas para que sejam devidamente alcançadas e na maioria das vezes isso não acontece no mesmo ano e sim nos anos seguintes.

Tendo como objetivos promover a capacitação dos profissionais da escola para atenderem melhor as exigências do sistema sem deixar com que o estudante perca nada do que lhe é proposto tendo a “garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.” Lei nº 4.751, de 7 de Fevereiro de 2012, Capítulo I, Artigo 2º, inciso V (p.1).

O trabalho de formação continuada é como o próprio nome já diz contínuo e não deve parar em apenas um ano, visto que o primeiro ano é sempre de teoria e aprendizado e os demais devem ser de prática e aperfeiçoamento.

Como afirma Fernandes (2007, p. 60):

A formação profissional tem assumido importante espaço de debate na área da educação, tanto na formação do professor como na formação de outros profissionais. Processos formativos acontecem antes do ingresso na educação superior e depois da certificação, e devem ser entendidos em sentido amplo, como um processo contínuo de formação ao longo da vida.

Um estudo não pode abandonar o outro e sim dar continuidade no processo. Os profissionais devem sempre estar participando de maneira efetiva contribuindo com a formação, pois a formação continuada é também troca de conhecimentos experiências.

Para que isso aconteça é preciso que haja uma gestão democrática que valorize o coletivo e dê a devida importância às funções e papéis destinados a cada participante do processo.

O coordenador que faz parte de uma gestão democrática que realmente aconteça na prática saberá exatamente quais são suas atribuições tendo em vista

que este terá o papel de formador e de colaborar e não apenas de um “faz tudo” sem que tenha suas competências valorizadas.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado com base em uma pesquisa de campo para que houvesse uma confirmação dos dados obtidos teoricamente. Gil (2002, p. 52) explica que:

No estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. Dessa forma, o estudo de campo tende a utilizar mais técnicas de observação do que de interrogação.

Levando em consideração as palavras de Gil (2002), constata-se que no estudo de campo, a pesquisa é realizada pessoalmente, em maior parte, pelo pesquisador, enfatizando-se a necessidade de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com o caso de análise.

Contudo, os dados obtidos através da pesquisa de campo foram embasados por fundamentações teóricas retiradas de documentos publicados. Marion, Dias e Traldi (2002, p. 62) esclarecem que:

Pesquisa bibliográfica objetiva explicar um problema com base em contribuições teóricas publicadas em documentos (livros, revistas, jornais etc.) e não por intermédio de relatos de pessoas ou experimentos. Pode ser realizada de forma independente ou estar inserida (levantamento bibliográfico) nos demais tipos de pesquisas.

Considerar a realidade do coordenador pedagógico frente a uma gestão democrática, seus papéis e desafios, é de suma relevância para o trabalho pedagógico. Para tanto é preciso levar em conta tudo o que os teóricos falam a respeito do assunto, por isso a importância de se está buscando informações em teorias publicadas, além de se estar confirmando a teoria na prática através da pesquisa de campo.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa utilizada na análise deste estudo é do tipo descritiva, pois a mesma tenta afirmar por meio de registros e de dados coletados, através de questionários com perguntas abertas e fechadas a viabilidade do fenômeno em questão. E de acordo com Cervo e Bervian (1996, p. 49) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulação”. Lembrando também que segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva tem por objetivo o estabelecimento de relações entre variáveis ou, então, descrever as características de uma população ou de um fenômeno.

3.2 Sujeito

A pesquisa foi realizada na Escola Classe 45, situada na cidade de Ceilândia Sul, onde foram entrevistadas 04 professoras da Educação Infantil ao 5º ano, 02 coordenadoras de anos iniciais 01 Orientadora Educacional, 01 Pedagoga, 01 Supervisora Pedagógica e o Diretor da Instituição. Constatou-se que os (as) entrevistados (as) atuam na área por realmente se sentirem bem com o trabalho por eles (as) realizado.

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas. Segundo Cervo e Bervian (2005, p. 48) “o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja [...] as perguntas fechadas permitem obter respostas mais precisas”. Com isso, percebe-se que os dados coletados têm maior veracidade quanto a sua afirmação, ou seja, o questionário é um meio eficaz de se alcançar melhores informações. Afirmando Cervo e Bervian (1996) que uma das tarefas características da pesquisa descritiva é a coleta de dados.

3.4 Análise dos dados

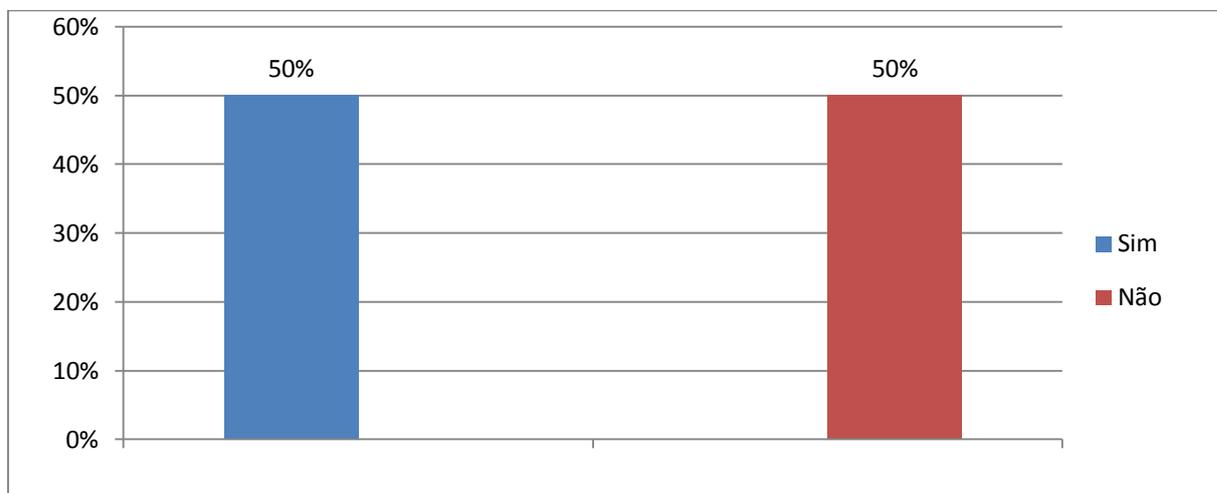
Os dados foram analisados por meio de gráficos e análises descritivas dos dados. Do ponto de vista de Gil (2002, p. 125) “o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos”.

3.5 Caracterização dos entrevistados

A população pesquisada é maioria do sexo feminino sendo apenas um do sexo masculino, a idade varia entre 28 e 50 anos. Em relação à formação acadêmica, todas possuem Curso Superior na área da pedagogia e o tempo de atuação varia de 3 a 29 anos de experiência na área de educação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Gráfico – 1 Atribuições e Competências do Coordenador



Fonte: Pesquisa de Campo

Ao serem questionados sobre quais são as atribuições e competências do coordenador pedagógico de acordo com o Regimento Escolar do Ensino Público do Distrito Federal de 2015, 50% do pesquisados afirmam que sabem quais são elas, porém os outros 50% desconhecem as mesmas. Levando em consideração o que diz Lima e Santos (2007, p.79) quando afirmam:

[...] muitos olhares são lançados sobre a identidade e função do coordenador pedagógico na escola, não raras vezes pelos próprios pares e comunidades intra e extra-escolar caricaturizando-o em “modelos”[...] várias metáforas são construídas sintetizando o seu papel e função na escola com distintas rotulações ou imagens, dentre elas, a de “*bom-bril*” (mil e uma utilidades).

Percebe-se que o coordenador pedagógico ainda precisa definir com mais clareza seu papel dentro da escola, como se constatou na pesquisa onde de 10 profissionais apenas 5, ou seja, a metade diz saber sobre as atribuições e competências desse profissional que mesmo tendo um papel importantíssimo no meio educacional é simplesmente considerado um “bom-bril”, isto é um faz tudo.

Complementa Fernandes (s/d, p. 5) quando afirma:

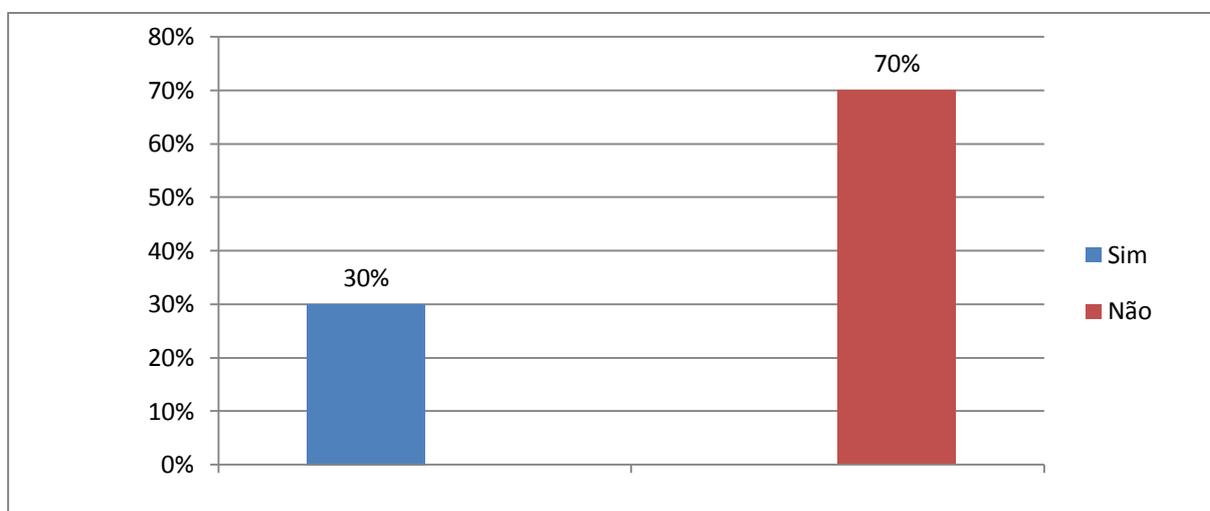
Um primeiro aspecto apontado pelas pesquisas refere-se ao **desvio de função** (Diasda-Silva e Lourencetti, 2002; Christov, 2001; Clementi, 2001) presente no trabalho cotidiano do professor coordenador pedagógico. Muitas atividades realizadas pelo PCP no dia-a-dia das escolas não são atribuições da função e poderiam ser realizadas por outros sujeitos presentes na estrutura escolar, liberando o coordenador para atividades especificamente pedagógicas. A análise das pesquisas permite afirmar que em muitas escolas o PCP realiza atividades que lhe são “empurradas” no

dia-a-dia, como por exemplo, o cumprimento de funções que correspondem ao diretor ou secretário de escola, inspetor de alunos, servente e outros.

Talvez, em decorrência do desvio de função, o professor coordenador pedagógico encontre dificuldades para definir a **sua identidade, seu território e o seu espaço de atuação** (Clementi, 2001; Mate, 1998; Christov, 2001; Dias-da-Silva e Lourencetti, 2002)

Possivelmente seja em decorrência da dificuldade de o próprio coordenador definir seu espaço de atuação e suas funções, que ainda existam profissionais atuantes na educação que desconheçam as atribuições e competências do coordenador pedagógico dentro da escola.

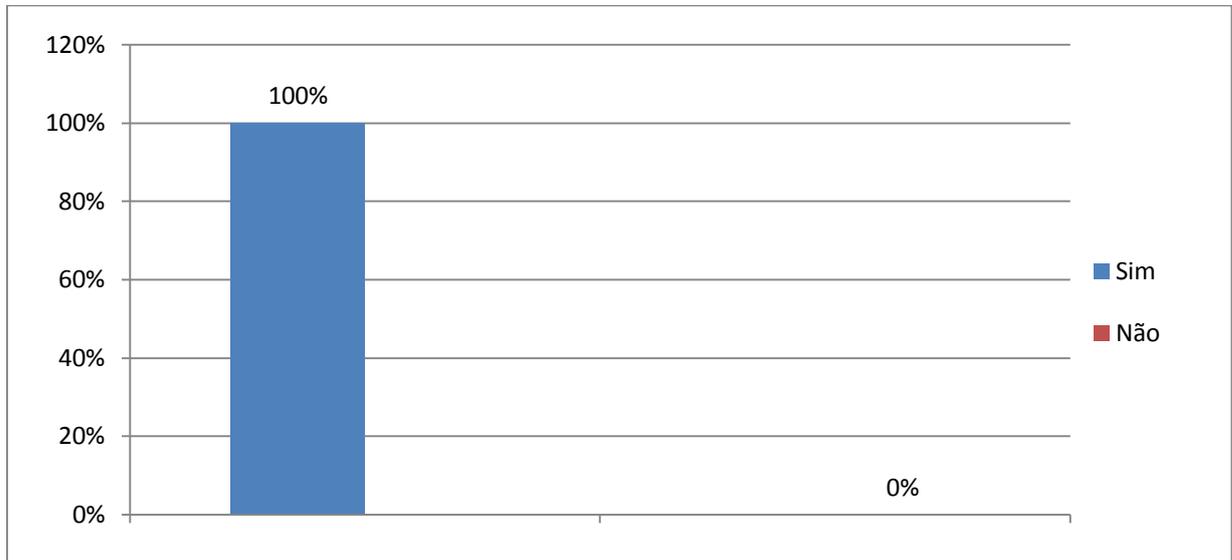
Gráfico – 2 Definição e Delimitação do Papel do Coordenador Pedagógico



Fonte: Pesquisa de Campo

Quando perguntado sobre a delimitação e definição do papel do coordenador, nota-se uma variante extrema entre o sim e o não, pois aqui é notório que este profissional não tem um papel delimitado e definido como já dizia Lima e Santos (2007, p.79) quando dizem que o papel e a função do coordenador é “a de *bombeiro*” (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de *salvador da escola*” (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos).”

Gráfico – 3 Descentralização, Transparência e Participação de Todos os Envolvido no Processo Ensino Aprendizagem.

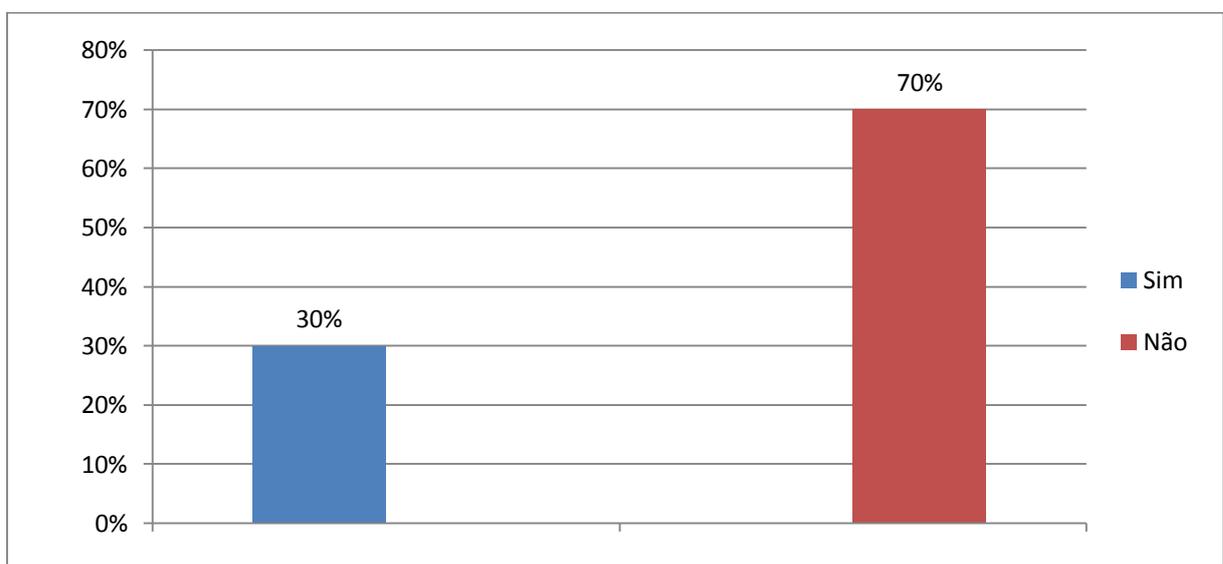


Fonte: Pesquisa de Campo

Aqui se entende que a gestão democrática ocorre, pois 100% dos pesquisados afirma que acontece a descentralização, a transparência e a participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Nesse processo de implementação da gestão democrática nas unidades de ensino, tem sido dada grande ênfase à adoção de novos procedimentos administrativos, à busca da transparência nas ações e à possibilidade da escola se organizar, sobretudo por meio de órgãos consultivos e deliberativos, que contem com participação de representantes de todos os segmentos da comunidade local e escolar, para pensar, planejar, elaborar e implementar seus projetos, de forma coletiva, democrática e autônoma, porém sem desconsiderar as normas gerais do sistema de ensino e as leis que o regulam. (CURSO PDDE p.191,2013).

Gráfico – 4 Satisfação do Coordenador Pedagógico



Fonte: Pesquisa de Campo

Ao analisar as respostas se percebe uma insatisfação considerável, pois 70% dos pesquisados responderam que o coordenador não está satisfeito com sua função dentro da escola. Quando responderam o porquê desta insatisfação ficou explícito na maioria das respostas que essa insatisfação provém da desvalorização do profissional por parte da SEDF e por exercerem funções que vão além de suas atribuições e competências. Dentre as respostas estão:

*“Por conta da falta de valorização e estratégias de valorização por parte da SEDF”.
Supervisora Pedagógica;*

“Porque além de suas atribuições são delegadas atividades que fogem de sua prática pedagógica.” Orientadora Educacional;

“Acúmulo de funções e falta de pessoal devido as licenças médicas sobrecarregam e as vezes comprometem a eficácia do trabalho do coordenador. Pedagoga;

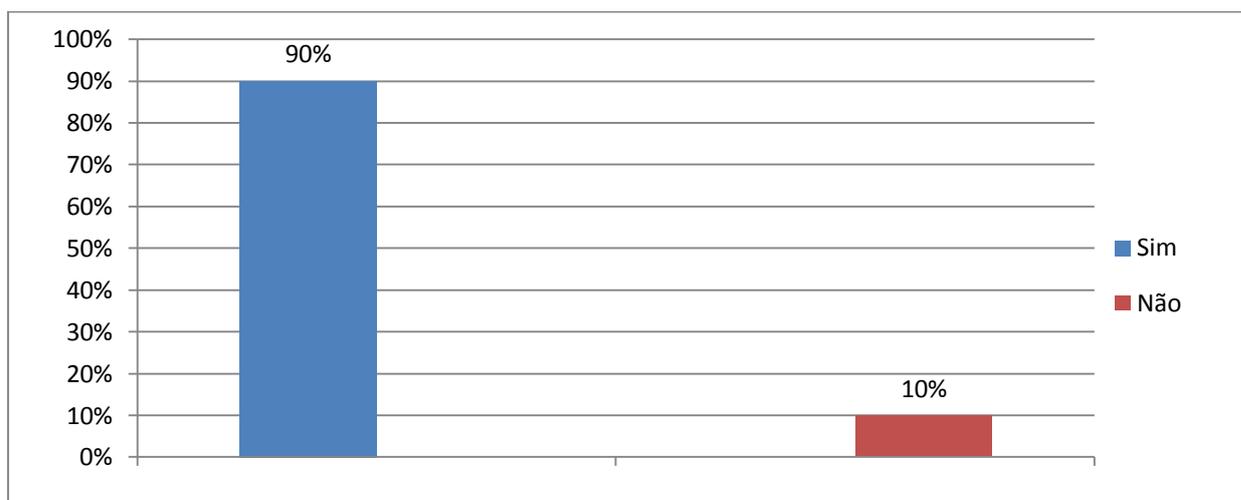
“Acredito que sim, apesar de algumas insatisfações profissionais.” Professora do 4º Ano;

“Porque há desvio de função, como exemplo abertura e fechamento de turno. Também é repassado outras responsabilidades que são da direção para a coordenação.” Coordenadora Pedagógica.

Como fica claro nas respostas acima, até mesmo a professora que respondeu sim, afirma que existem insatisfações profissionais. Complementando Fernandes (s/d p. 9) diz:

[...] as condições de trabalho oferecidas aos docentes são essenciais para o exercício satisfatório da função de professor coordenador pedagógico. Desde a necessidade de uma estrutura física nas escolas que acolha o PCP e favoreça os encontros coletivos (já que em muitos lugares não há nem mesmo uma sala para o professor coordenador trabalhar) até as possibilidades de estudo e formação continuada, sem falar na remuneração do trabalho, são exigências para evitar que a precariedade das condições de trabalho anulem a importância da função[...].

Gráfico – 5 Tempo de Experiência e Idade



Fonte: Pesquisa de Campo

Ver-se claramente nesta questão a grande discrepância entre as respostas com relação ao tempo de experiência e a idade. A maioria, 90%, concorda que é importante à experiência e a idade para assumirem a função. Porém quando questionados do por que, muitos deixaram sem respostas e aqueles que responderam disseram o seguinte:

“Sim é importante, pois é uma função que requer conhecimentos de diversas áreas e o profissional que tem a coragem de assumir esta função, precisa saber sobre a escola, seu funcionamento e sobre todos os profissionais que nela atuam, principalmente sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), para isso é preciso o mínimo de experiência para que este profissional possa atuar de forma eficiente e eficaz.” Professora da Educação Infantil.

Dentre as poucas respostas essa foi a mais completa e nela é notória na fala da professora que o coordenador tem de saber um pouco de tudo e ter uma experiência “básica”, por assim dizer.

Entretanto, como será constatado na questão seguinte, há um contraste bastante considerável entre as respostas ao contrário da questão de número 5, aqui 90% responderam que a função é assumida na maioria das vezes por professores recém-chegados e sem experiência, no entanto, Fernandes (s/d, p.8) afirma que “é necessário considerar que, além da falta da formação pedagógica, o tempo de experiência docente exigido para a ocupação da função é um fator que também contribui para fragilizar a profissionalidade do professor coordenador”.

Como podem ver há então uma divergência entre as questões 5 e 6 pelo fato de a função de Coordenador Pedagógico requerer o mínimo de experiência (como foi dito acima) e os professores que possuem esta experiência optarem por continuar em sala de aula como regentes devido a gratificações que estes receberão e acúmulo de funções que sobrecarregam o coordenador.

Algumas respostas que confirmam o exposto acima sobre a questão 6:

“Porque não há interesse dos profissionais mais experientes, tento em vista a perda de alguns direitos no quesito financeiro, como gratificações do BIA e do Ensino Especial.” Pedagoga;

“Há pouco interesse dos professores antigos em assumir a coordenação porque é um cargo que exige conhecimento e disponibilidade para atender demandas do grupo.” Orientadora Educacional;

“Muitos veem a coordenação como um trabalho maçante e desgastante...” Coordenadora Pedagógica;

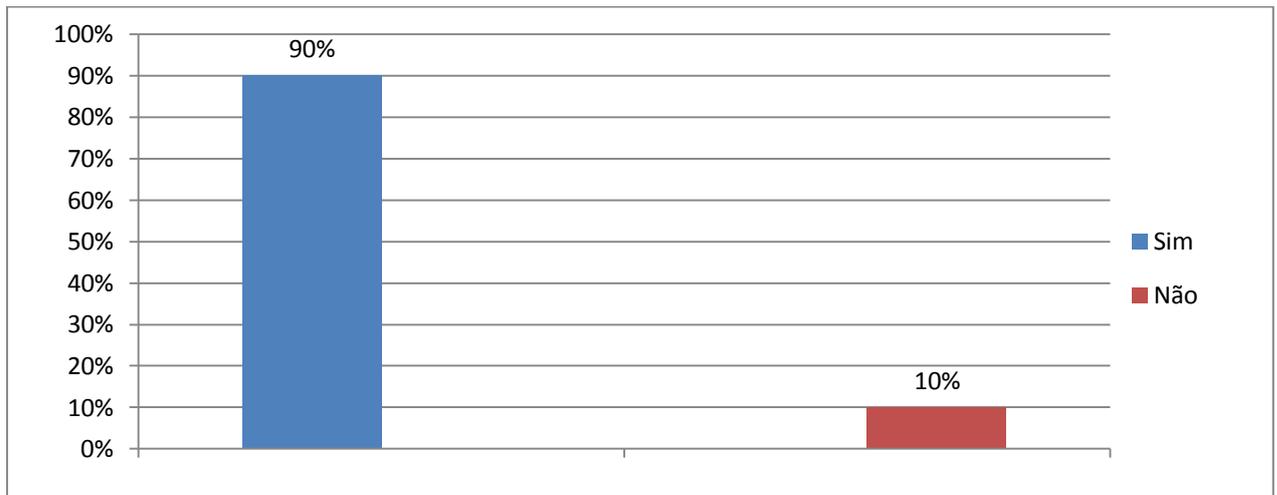
“Por falta de professores efetivos interessados em desempenhar a função.” Supervisora Pedagógica;

“Em face da crônica falta de profissionais nas direções muitas vezes ele é solicitado a realizar tarefas fora da sua competência.” Diretor.

“Porque é um trabalho com certa dificuldade de ser executado necessitando de jogo de cintura para lidar com os professores e sem gratificação e nenhum outro benefício para a execução de um serviço mais completo”. Coordenadora Pedagógica.

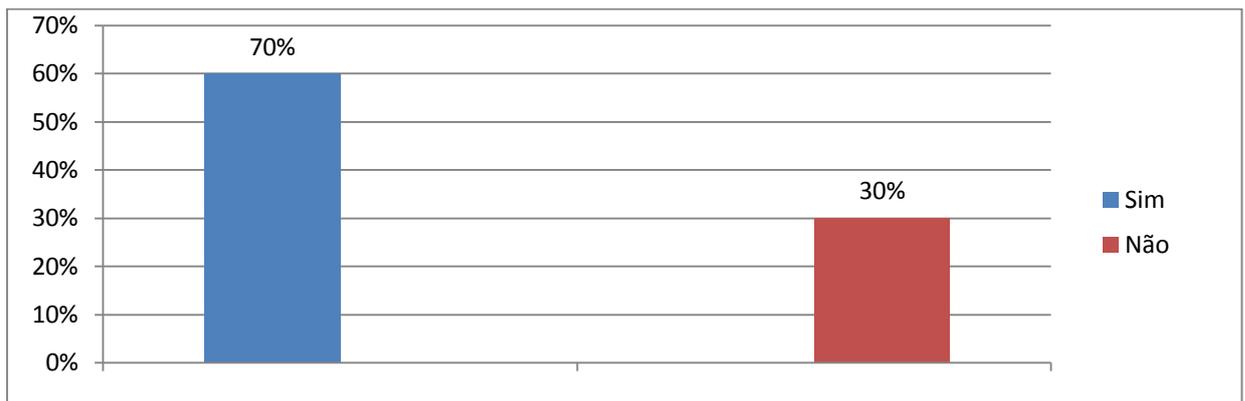
Fica clara a desvalorização da função até mesmo pelos próprios professores. E para completar uma professora respondeu que o professor só assume essa função “por falta de oportunidade em outra área”. Ou seja, “se não tem tu, vai tu mesmo”, além da falta de gratificação.

Gráfico – 6 Função Assumida por Professores sem Experiência



Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico – 7 Boa Escolha Profissional



Fonte: Pesquisa de Campo

Pode ser constatado na questão 7 que mesmo havendo uma desvalorização e um acúmulo de funções, ser Coordenador Pedagógico, ainda é uma boa escola profissional, pois como afirmam os professores que fizeram parte desta pesquisa:

“É uma maneira de possibilitar uma visão diferente a de sala de aula, bem como uma maior interação social e ganhos quanto ao currículo pessoal.” Pedagoga;

“O profissional tem uma visão mais macro do funcionamento da escola.” Diretor;

Ter experiência fora de sala de aula faz com que possamos ter outra visão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Coordenadora Pedagógica;

“por que exige conhecimento, estudo, criatividade e faz com que a pessoa não se acomode, além disso, tem uma visão diferenciada do funcionamento da escola.”

Orientadora Educacional;

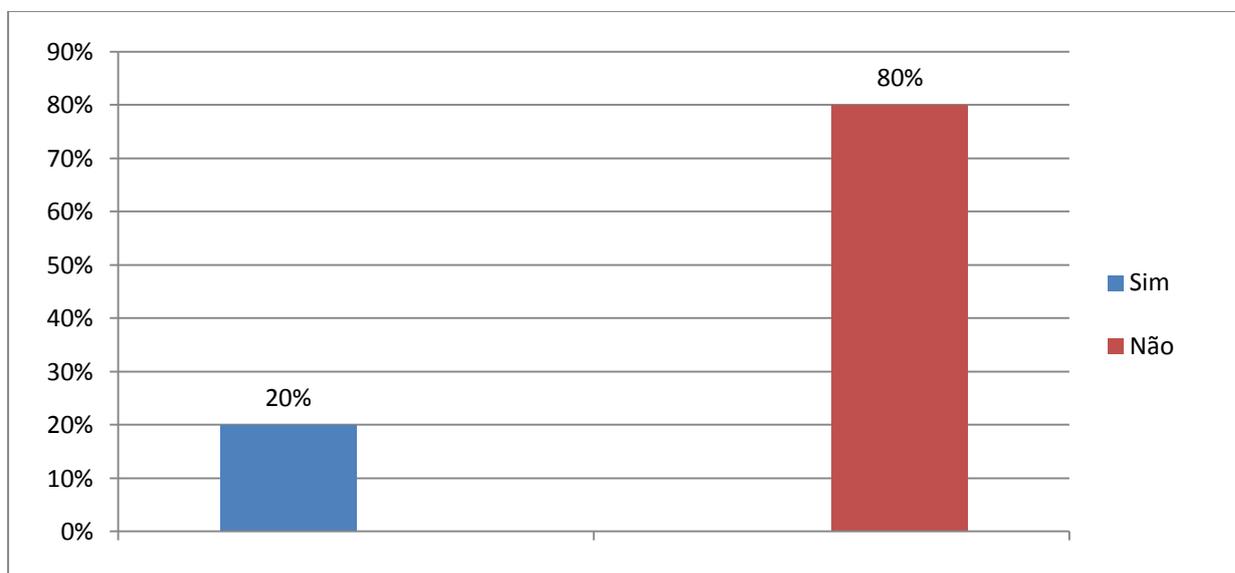
“Apesar da falta de incentivo por parte da SEDF, é uma oportunidade a mais de aprender aspectos fora da sala de aula.” Supervisora Pedagógica;

“Sim, mas exige uma formação continuada, está atualizada e sempre bem informada.” Professora da Educação Infantil;

“Por que é uma oportunidade de lidar com outras séries.” Professora do 3º Ano.

“Eu penso que aprendemos muito na coordenação, amadurecemos como profissional e quando voltamos para sala de aula, temos experiências diversas e mais bagagem para auxiliar na construção da aprendizagem.” Coordenadora Pedagógica.

Gráfico – 8 Valorização da SEDF e do GDF



Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto à valorização por parte da Secretaria de Educação e do Governo do Distrito Federal a maioria concorda que não há a valorização deste profissional e isso por que:

“Existe restrições quanto às realizações de cursos de formação continuada como, por exemplo, o PNAIC, o que possibilitaria uma melhor formação do coordenador para atuar junto a seus coordenados.” Pedagoga;

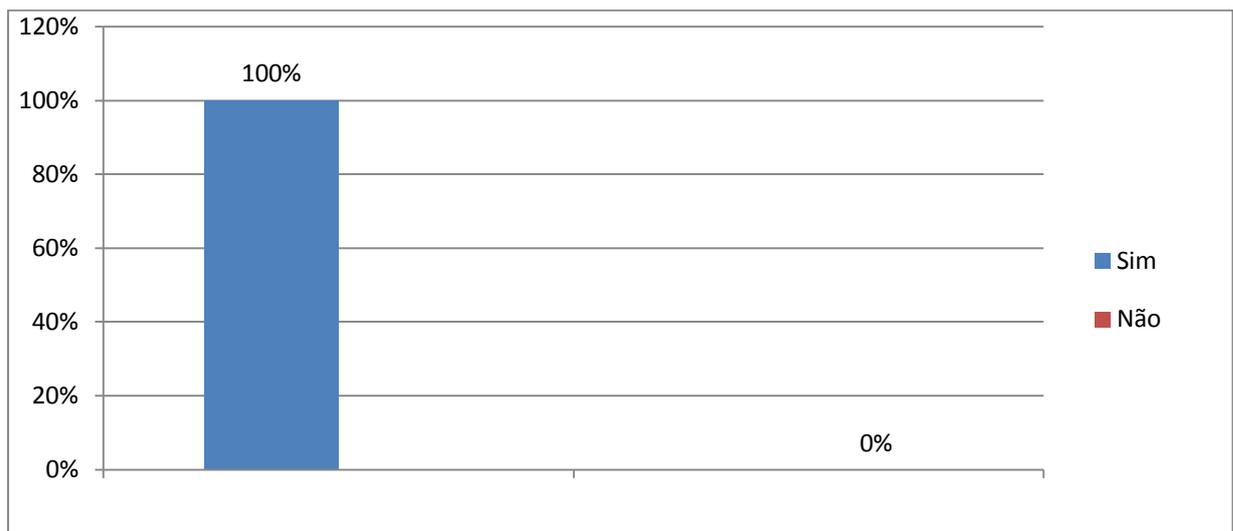
“Pois há uma cultura na SEDF que coordenador é “um faz tudo”, ou que onde ninguém se enquadra “o coordenador faz””. Coordenadora Pedagógica;

“Por que muitas vezes, o coordenador perde gratificações ao assumir a função. Além de alguns casos, não poder exercer seu trabalho por ter que substituir professor em sala de aula.” Supervisora Pedagógica;

“Atualmente a valorização de um profissional está sendo escassa.” Professora do 5ºano;

“Porque não possuímos gratificação para desenvolver um trabalho mais difícil; quando voltamos para sala de aula não temos benefício na escola de turma.” Coordenadora Pedagógica.

Gráfico – 9 Cumprimento das Atribuições e Competências com Dedicção



Fonte: Pesquisa de Campo

Aqui percebe-se que mesmo o Coordenador tendo de executar funções além das suas, este profissional, tem demonstrado dedicação e afinco no cumprimento de suas atribuições e competências.

“Na verdade, ele cumpri além de suas atribuições.” Coordenadora Pedagógica;

“Mostra-se sempre com disposição para o trabalho e realiza com prazer e profissionalismo as tarefas que lhe competem.” Diretor;

“Está sempre participando, trazendo ideias e contribuindo para o desenvolvimento sala de aula, tem uma função articuladora.” Professora da Educação Infantil;

“Fazem até mais que o necessário, mas por que existe um amor pela profissão e o desejo de fazer um trabalho de qualidade.” Orientadora Educacional;

“Pois acredito que um trabalho bem desenvolvido é melhor para o aprendizado dos alunos que são acompanhados por seus professores.” Coordenadora Pedagógica.

Gráfico – 10 Relação entre: Direção, Coordenador e Professores



Fonte: Pesquisa de Campo

Ao serem questionados sobre a relação que há entre: direção, coordenador e professor, a resposta foi unânime 100% respondeu que há uma relação de elo e parceria o que facilita muito o trabalho desses profissionais com relação ao processo ensino aprendizagem que deve ser bem desenvolvido na escola isso comprova a existência de uma gestão democrática onde acontece principalmente a parceria. Aqui se confirma a necessidade de uma gestão democrática dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização desta análise auxiliou na confirmação de que o coordenador pedagógico exerce profunda influência no processo ensino-aprendizagem desenvolvida dentro da Escola Classe 45 de Ceilândia, além de possibilitar a compreensão da relevância das atribuições e competências do mesmo frente a uma gestão democrática.

Pode-se comprovar que muitas das dificuldades apresentadas pelo coordenador decorrem da falta de valorização do profissional que se arrisca a assumir tal função e do acúmulo de trabalhos por ele exercido.

Porém, o(a) professor(a) que exerce essa função a exerce com dedicação. É aquele que coordena não só por coordenar, mas, sim para dar aos seus professores possibilidades de crescimento e formação continuada. Ele deve ser comprometido com o real sentido da educação, contribuindo para o bom andamento da escola. O Coordenado Pedagógico precisa atender seus coordenados em todos os seus anseios e deve proporcionar-lhes uma atmosfera que lhe pareça agradável, um ambiente onde ele possa se sentir estimulado e confiante.

A relação que o coordenador precisa estabelecer entre professores e direção deve ser uma relação de elo, onde ambas as partes possam participar dos trabalhos desenvolvidos dentro da escola possibilitando o crescimento e a autonomia tanto de um quanto do outro e, nessa relação deve está sempre presente a transparência e a descentralização envolvendo aqui também toda a comunidade escolar possibilitando assim uma gestão democrática.

Através do referencial teórico percebeu-se que o papel do Coordenador Pedagógico dentro da gestão democrática é algo que vem sendo estudado desde muito tempo, pode-se também obter, por meio dos estudos de vários teóricos, a confirmação dos dados coletados na pesquisa de campo sobre a importância da função deste profissional dentro da escola tendo em vista suas reais atribuições e competências.

Na pesquisa de campo observou-se que o Coordenador Pedagógico da Escola Classe 45 de Ceilândia é um profissional que se arrisca e que assumi seu papel com dedicação e afirma que ser coordenador pedagógico é uma boa opção de

trabalho, pois possibilita o crescimento profissional e a abrangência de conhecimentos dando ao mesmo uma ampla bagagem, contando é claro com a descentralização, a transparência e a participação de todos os envolvidos havendo, assim, uma gestão democrática no qual o valor deste coordenador é compreendido e suas atribuições e competências são esclarecidas. .

Com isso, comprovou-se na prática a análise em questão. Porém, o tema é muito abrangente merecendo um pouco mais de atenção e de pesquisa. Visto que, o Coordenador dentro de uma gestão democrática é essencial para uma educação de qualidade.

Portanto, este estudo tem muito mais a ser pesquisado e questionando para mostrar aos profissionais da educação da Escola Classe 45 de Ceilândia que ser coordenador pedagógico em uma realidade como a vivenciada dentro da escola mesmo havendo uma gestão democrática não é nada fácil e é preciso ter força de vontade e muita competência.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ana Maria Falcão de. **A importância do coordenador pedagógico na escola**. 1998. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/educacao/a-importancia-coordenador-pedagogico-na-escola.htm>. Acessado em 09/11/2015 às 21h10min.

CERVO, Luiz Amado; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Afiliada, 1996.

_____. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2005.

CURSO PDDE, **Formação pela Escola**. MEC/FNDE – SEED. 5. Ed. Brasília, 2013. Disponível em <http://cursos.fnde.gov.br/mdl07/pdf/ParteInicialdoCurso.pdf> Acessado em 09/11/2015 às 20h30min.

FERNANDES, M. J. S. **O professor coordenador pedagógico, a articulação do coletivo e as condições de trabalho docente nas escolas públicas estaduais paulistas. Afinal, o que resta a essa função?** s/d (on line). Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/302.pdf. Acessado em: 29/12/2015 às 23h06min.

FERNANDES, Rosana César de Arruda: **Educação Continuada de Professores, trabalho docente e coordenação pedagógica: uma teia tecida por professores e coordenadoras**. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Odon/Downloads/2007_RosanaCesardeArrudaFernandes.pdf Acessado em 30/11/2015 às 23h30.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEI Nº 4.751, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Odon/Documents/lei%20da%20gest%C3%A3o%20democratica.pdf> Acessado em 15/11/2015 às 18h.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVERIRA, J.S.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. Ed. São Paulo: Cortez. Cap. III – a construção da escola pública avanços e impasses. p. 233 – 259, 2012.

MARION, José Carlo, DIAS, Reinaldo & TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MATE, C. H. **O Coordenador Pedagógico e as reformas**. In. BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L.R.; CHRISTOV, L. H. S. (Orgs.). *O coordenador pedagógico e a formação docentes*. 4. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

OLIVEIRA, Maria A. M. et al. **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PLACCO, Vera Maria N. de S. **O Coordenador Pedagógico no confronto com o cotidiano da escola**. In: PLACO, Vera Maria N. de S.; ALMEIDA, Laurinda R. de. (orgs.). *O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. São Paulo: Loyola, 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES. Conselho escolar, gestão democrática da educação e escola do diretor. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf Acessado em: 19/11/2015 às 20h34min.

Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Odon/Downloads/Regimento%20Escolar%20-%20Rede%20P%C3%ABlica%20-%202015%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Odon/Downloads/Regimento%20Escolar%20-%20Rede%20P%C3%ABlica%20-%202015%20(2).pdf) Acessado em 28/11/2015 às 02h30min.

REVISTA ESCOLA PÚBLICA, *Espaço para o ensino: Com poucos recursos e problemas de gestão, escolas brasileiras sofrem com infraestrutura ruim; piores condições estão nas redes municipais*. Edição 47 Out/Nov 2015. Disponível em: <http://revistaescolapublica.com.br/textos/39/espaco-para-o-ensino-319357-1.asp> Acessado em 20/11/2015 às 09h06min.

SILVA, Edileuza Fernandes da. **A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar**: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, I.P.A. *Quem sabe faz a hora de construir o projeto político pedagógico*. Campinas: Papyrus, 2007.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação Do Trabalho Pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 14. Ed. São Paulo: Libertad, 2013.

Apêndice



Eu, Katiúcia Maria Souza Araújo, aluna da Universidade de Brasília – UnB do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica solicito a sua colaboração, respondendo a este questionário que faz parte da minha pesquisa de monografia cujo tema é: **OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE A SUA REALIDADE: suas competências e suas atribuições.**

Caracterização do entrevistado

Sexo () F () M

Idade _____

Formação Acadêmica _____

Tempo de atuação na área _____

QUESTIONÁRIO

1 - Você como profissional de educação sabe quais são, de acordo como Regimento Escolar do Ensino Público do Distrito Federal de 2015, as atribuições e competências do Coordenador Pedagógico?

() Sim () Não

2 - Na realidade vivenciada hoje dentro da escola onde você atua há uma gestão democrática na qual o Coordenador Pedagógico tem um papel definido e delimitado que valorize suas reais competências e atribuições?

() Sim () Não

3 - Dentro da escola onde você atua acontece à descentralização, a transparência e a participação entre todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem?

() Sim () Não

4 – Você acredita que o Coordenador Pedagógico da sua escola está satisfeito com sua função? Por quê?

() Sim () Não

5 – Você acredita que o tempo de experiência e a idade da pessoa para o exercício da coordenação pedagógica sejam importantes? Por quê?

Sim Não

6 – A função de Coordenador Pedagógico é assumida por professores recém-chegados e sem experiência na área? Por quê?

Sim Não

7 – Você acredita que ser Coordenador Pedagógico é uma boa escolha profissional? Por quê?

Sim Não

8 – A função de Coordenador Pedagógico é valorizada pela SEEDF e pelo GDF? Por quê?

Sim Não

9 – O Coordenador Pedagógico de sua escola tem cumprido com dedicação e afinco suas competências e atribuições? Por quê?

Sim Não

10 – A relação que há entre: direção, coordenador pedagógico e professores é uma relação de elo e parceria? Caso NÃO, o que falta para acontecer a parceria?

Sim Não
